

Intervenções com homens para a equidade de gênero: crítica às abordagens individualizantes

Intervenciones com hombres para la equidad de género: crítica a los enfoques individualizadores

Vanessa do Nascimento Fonseca*

Resumo: O artigo faz um breve mapeamento de como as intervenções com homens se configuraram desde a década de 1970, pondo em análise o caráter individualizante e comportamental que foi sendo construído para esse tipo de trabalho, a partir das críticas feministas que diferenciam o patriarcado do comportamento machista. Partimos do pressuposto de que os homens são importantes aliados no enfrentamento dos efeitos nocivos do gênero. No entanto, para além de pensar suas condutas machistas, entre si, buscando compensações individuais proveniente das mudanças do machismo, é fundamental seu engajamento na luta contra um sistema que articula diferentes relações de poder, normalizando os sujeitos a partir de padrões coloniais, capitalistas, cisheterossexuais e machistas interseccionados.

Palavras-chave: Intervenções com homens, masculinidades, gênero

Abstrato: El artículo hace un breve mapeo de cómo se han configurado las intervenciones con hombres desde la década de 1970, analizando el carácter individualizador y conductual que se estaba construyendo para este tipo de trabajos, a partir de críticas feministas que diferencia nel patriarcado del comportamiento machista. Partimos del supuesto de que los hombres son aliados importantes para enfrentar los efectos nocivos del género. Sin embargo, además de pensar em su comportamiento sexista, entre ellos, buscando la compensación individual de los cambios em el machismo, su compromiso en la lucha contra un sistema que articula diferentes relaciones de poder es fundamental, normalizando sujetos a partir de patrones coloniales, capitalistas, entrecruzados cisheterosexuales y sexistas.

Palabras clave: Intervenciones com hombres, masculinidades, gênero

* Doutora em psicologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, com bolsa CAPES.

O presente artigo é um recorte do trabalho de tese¹, que visou analisar o modo como as masculinidades têm sido objeto de intervenções internacionais. Tal análise se baseou nos materiais gerados e coletados em onze anos de trabalho como consultora para o envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero, em países da América Latina e África, a partir de projetos, sobretudo, financiados e de metodologias desenvolvidas por organizações do Norte Global. Os materiais gerados e coletados ao longo desse tempo se referem a registros do campo de trabalho, relatórios, notas de reuniões e eventos, além de manuais, cadernos de ferramentas e materiais de campanha, postos em análise a partir das contribuições dos estudos interseccionais e decoloniais, que vão ao encontro da problematização das lacunas e generalizações abusivas de um saber que identifica os homens e as masculinidades brancas e cisheterossexuais como universais. Neste artigo, apresento o que serviu como contextualização do trabalho de doutoramento. Trata-se aqui, de um breve mapeamento de como as intervenções com homens se configuraram desde a década de 1970, em que ponho em análise o caráter individualizante² e comportamental que foi sendo construído para esse tipo de trabalho. Por intervenções me refiro tanto às ações transformadoras das masculinidades planejadas em conjunto – como atividades de grupo, comunitárias, campanhas sociais e para influenciar políticas públicas –, quanto à ideia de um “vir entre”, “interpor-se”, capaz de gerar acontecimentos que são em si transformação em processo, definições mencionadas por Simone M. Paulon (2005). É importante marcar, no entanto, que a primeira noção costuma ser objeto das encomendas e dos debates para a transformação das masculinidades, em que novos modelos, considerados não machistas, são utilizados como parâmetros para tal transformação, em resposta à necessidade de controle dos resultados para a comprovação dos recursos financeiros empenhados nos projetos com essa finalidade.

Já na década de 1970, grupos de homens começaram a se organizar, sobretudo nos Estados Unidos, visando debater seus papéis nos processos de reestruturação social impulsionada pelo pós-guerra e pelos questionamentos promovidos pelos movimentos de mulheres e gays. É nessa época ainda, que os estudos das masculinidades começam a pôr em questão a natureza dos modos de ser homem –

¹ Ver FONSECA (2019) em referências bibliográficas.

² Por individualizante me refiro a naturalização de um certo “modo-ser-indivíduo” (ABREU e COIMBRA, 2005, p. 42), que blinda nosso acesso à história e as forças coletivas que instituem nossos modos de existir.

brancos, heterossexuais e adultos –, abrindo espaço para a discussão de transformações nas masculinidades, a partir de uma crítica aos seus efeitos na vida não apenas de mulheres, mas de homens também. Desse modo, as masculinidades e suas reconfigurações tornam-se mote dos grupos de homens que começavam a se reunir. Na década de 1990, com as conferências internacionais patrocinadas pelas Nações Unidas, que ofereceram particular atenção às questões de gênero, o debate sobre a transformação das masculinidades se enrobusteceu e passou a atravessar uma série de projetos internacionais relacionados ao desenvolvimento econômico e à saúde.

Na década de 1990, portanto, começamos a notar a disseminação de intervenções com homens que foram, sobretudo, influenciadas por grupos estadunidenses que se organizavam a partir de diversas abordagens, cujo objetivo era repensar suas masculinidades. Apesar dos posicionamentos e enfoques diferentes, é comum entre os grupos a construção de estratégias que visem mudanças individualizantes dos comportamentos masculinos. Seja pelo reconhecimento dos privilégios dos homens nas relações de gênero, seja pelo entendimento de que as normas de gênero também são nocivas aos homens, as intervenções, geralmente realizadas em grupos de conscientização ou campanhas de marketing social, intentam a mudança de comportamentos e atitudes masculinos considerados negativos para homens e mulheres.

Mesmo quando as reivindicações se dirigem às políticas públicas ou institucionais, a preocupação tem sido facilitar a transformação de comportamentos masculinos machistas, como cuidar de crianças, dividir tarefas domésticas, partilhar o uso do método contraceptivo, não cometer violência, etc. No entanto, a produção feminista a respeito das transformações necessárias ao enfrentamento das relações de poder de gênero nos indica que o caminho está para além da transformação do machismo, ou seja, dos comportamentos ou formas resultantes de um modo de produzir as relações humanas. É preciso subverter a lógica do patriarcado que governa as relações de gênero de nossa sociedade.

Gênero e patriarcado vão além da reprodução de comportamentos sexistas. O machismo se refere a comportamentos e condutas que fazem parte do patriarcado. O patriarcado, a partir das experiências plurais e comunitárias de mulheres engajadas em lutas feministas, é definido como um regime articulado a todas as opressões e violências sob as quais vivem a humanidade e a natureza (PAREDES, 2016). Trata-se de uma reiterada ação de drenagem e expropriação das energias criativas das

mulheres, amalgamada com o capitalismo, a colonialidade (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2018) e a cisheterossexualidade³ compulsória.

A subversão das relações patriarcais requer, assim, mudanças nos vetores que se articulam na produção de relações de subordinação, como a cisheterossexualidade, os racismos, a colonialidade dos saberes e das práticas e o regime capitalista neoliberal. Tais vetores normalizam e expropriam as possibilidades criativas de existência, criando hierarquias entre os sujeitos, em que o homem, branco, cisheterossexual, adulto, de ascendência europeia e dotado de todas as capacidades físicas é o que orienta as políticas e as práticas sociais, a partir de sua representação do que é ser humano. Consideramos, portanto, que além das intervenções centradas nos comportamentos, é preciso produzir rupturas nesse sistema integrado de forças que produz subjetividades e as hierarquiza, afastando-nos de nossas capacidades de criar existência e saídas a partir dos encontros.

As transformações comportamentais têm apoiado a redução de violência, produzido impactos positivos em saúde, na divisão da responsabilidade parental e na distribuição dos trabalhos domésticos, tal como tem sido mencionado por estudos que avaliam mudanças de comportamentos em projetos de envolvimento de homens na promoção da equidade de gênero (PEACOCK e BARKER, 2012). Modelos não machistas, considerados positivos, têm sido usados como forma de estimular os homens a mudarem seus comportamentos. No entanto, é importante estar atento a reprodução de padrões moralizantes, quando não nos questionamos como tais modelos são definidos, além de serem tomados como novas normas a serem seguidas por homens que desejam caber nas caixas dos “desconstruídos” ou “transformados”.

Os estudos de Judith Butler têm sido úteis para pensar as transformações de gênero para além dos comportamentos masculinos e femininos. Gênero pode ser pensado como uma ordem heteronormativa compulsória e constante que exige coerência entre os genitais e o desejo (BUTLER, 2014). Segundo Butler (2008), gênero é ele próprio uma norma, o que significa que não é o mesmo que um molde no qual os indivíduos buscam se aproximar, mas é uma forma de poder que cria um campo inteligível dos sujeitos, os definindo (não definitivamente, mas se mantendo por processos repetitivos). Na prática social, a norma se realiza e se re-idealiza,

³ O termo heterossexualidade compulsória foi utilizado por Butler em *Problemas de Gênero*, para tratar do regime das normas de gênero. Cisheterossexualidade é a junção de cisgeneridade e heterossexualidade. A palavra cisgeneridade indica a conformidade de expressão com o gênero designado no nascimento.

restituindo-se por meio de rituais sociais diários que atravessam os nossos corpos. Nesse sentido, as normas governam as práticas e não são o mesmo que as práticas (BUTLER, 2008). Norma não é o mesmo que lei ou uma regra, mas é a força reguladora das leis, cujo efeito é a normalização das pessoas. Neste texto, chamamos a atenção para o olhar para esse princípio normalizador quando intentamos produzir transformações que visam à equidade.

Com base no que foi exposto nesta introdução, lanço um olhar para a construção de intervenções com homens atravessadas por um viés individualizante, não crítico aos reducionismos identitários e ao modo de operação das normas de gênero, bem como a articulação do patriarcado com a cisheteronormatividade, o capitalismo, os racismos e a colonialidade. Tais intervenções, que começaram a se desenvolver na década de 1970, têm se destacado nos estudos e nos debates internacionais para a inclusão dos homens na promoção da equidade de gênero e são compartilhadas por meio de projetos e redes em diferentes países.

Masculinidades: contornos de um campo de intervenções

A luta contra os efeitos do gênero não é apenas uma luta das mulheres, mas de toda a sociedade (HOOKS, 2019a). Raewyn Connell (2016) pondera que por serem preteridas pelos padrões sociais vigentes, a luta pela igualdade entre homens e mulheres foi inserida por mulheres. Mas os homens estão necessariamente envolvidos, uma vez que é urgente uma profunda transformação institucional, além de mudanças na vida cotidiana e de condutas, para que promovamos relações sociais mais justas. Ademais, segundo a autora, os homens controlam a maior parte dos recursos úteis à implementação das reivindicações femininas, desde os meios econômicos, políticos, culturais e de coerção.

De fato, nas últimas décadas, os homens começaram a ser incluídos na pauta de gênero de diversas maneiras, na produção de estudos sobre as masculinidades e na criação de intervenções que visam envolvê-los na construção de novos modos de ser homem. A década de 1970 tem sido marcada por pesquisadores das masculinidades como a consagradora desse campo de estudos (MEDRADO DANTAS, 1997; HEILBORN e CARRARA, 1998; PEASE, 2000; SOUZA, 2003; CECCETTO, 2004; OLIVEIRA, 2004; RODRÍGUEZ e VÁZQUEZ, 2008). Antes desse período, artigos como *The Gang* (1927) ou *Street Corner Society* (1943), que estudavam universos masculinos, estavam mais preocupados com a questão do desajuste social (OLIVEIRA, 2004), do

que com a construção dos homens enquanto homens, questão que só se tornaria possível após a ascensão dos estudos de gênero.

Ainda no campo da psicologia e da sociologia, Connell e Messerschmidt (2013) alegam que, antes mesmo do movimento de liberação feminina ocupar essas áreas de conhecimento, já existia uma quantidade de literatura que reconhecia a “natureza social das masculinidades e as possibilidades de transformação da conduta dos homens” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 243). Os autores, no entanto, confirmam que é na década de 1970, o momento de explosão de estudos em que se torna mais nítida a crítica às normas que definem o masculino como fonte de opressão sobre as mulheres. O que é novidade nas pesquisas feitas a partir desse período, portanto, é pensar os homens “como sujeitos de gênero, agentes de um espaço de desigualdade em que a universalidade do masculino como símbolo da pessoa humana foi sendo crescentemente contestada” (ABOIM, 2018, p.11).

É preciso destacar que marcar o início dos estudos dos homens e das masculinidades nesse período não significa que estes não fossem onipresentes nas ciências sociais e humanas, da política à psicologia, também como objetos de estudo. Tal como sugere Sofia Aboim (2018), é um equívoco afirmar que a sociologia clássica não estava interessada nos homens. Tal interesse, no entanto, concentrava-se na associação dos homens, sobretudo brancos e adultos, à representação universal da espécie humana ou na busca mesmo por legitimar sua dominação sobre as mulheres (ABOIM, 2018). Em mais uma armadilha do patriarcado, o homem branco, principalmente desde o século XIX, com a institucionalização das ciências sociais, passou a ser tratado exclusiva ou principalmente como sinônimo de ser humano (CARBALLO, 2017), cujas especificidades serviram de eixos para a compreensão da espécie, sobre os quais padrões de normalidade foram forjados. Assim, não havia interesse pela desconstrução dos modos de ser masculinos. Ao contrário, o empenho em analisar os homens e as masculinidades, “foi o de legitimar a alegada superioridade de um modelo de homem branco, no comando do desígnio imperialista subjacente ao projeto europeu de modernidade” (ABOIM, 2018, p. 12). Já as mulheres e os povos colonizados, tratados como outros desse masculino branco, foram controlados e dissecados com a finalidade da construção de sua condição subalterna (CONNELL, 2009).

A crítica à naturalização dos comportamentos masculinos e de seu lugar privilegiado nos espaços sociais ganhou ímpeto após a efervescência dos movimentos

que questionaram a constituição das identidades na década de 1970 (OLIVEIRA, 2004). Esse período é atravessado pelo debate pós-estruturalista nas ciências sociais e humanas, que permitiu o surgimento de uma via distinta das perspectivas sociológicas hegemônicas (marxismo, funcionalismo, estruturalismo), e influenciou movimentos feministas, gay, antirracistas e pós-coloniais, no questionamento do modo como as identidades são concebidas (PETERSEN, 2003). Inserido nesse contexto, o artigo de Gayle Rubin, *A circulação de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo*⁴, de 1975, é citado como um dos primeiros a questionar tanto a própria compreensão de mulher, quanto a de homem, enquanto categorias dadas e universais (OLIVEIRA, 2004; ASSIS CLÍMACO, 2009).

Não podemos deixar de lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, o reacendimento dos movimentos sociais, sobretudo feminista, foi favorecido pela possibilidade de mulheres de classe média, principalmente europeias e estadunidenses, ocuparem espaços para além do doméstico. A ocupação feminina em áreas antes consideradas exclusivamente masculinas pôs em xeque papéis sociais concebidos como naturais, possibilitando também um olhar sobre os homens nas relações de gênero e os mecanismos sociais que possibilitam seus privilégios⁵, antes invisíveis. Desse modo, os homens começaram também a prestar atenção na produção social de seus papéis e seus efeitos e, assim, passaram a discutir mudanças que acompanhassem as alcançadas pelas mulheres (OLIVEIRA, 2004), ou que os reajustasse nas reconfigurações sociais ocasionadas naquele momento.

Afirmar a influência dos movimentos dos grupos silenciados politicamente (mulheres, homossexuais, negros) na abertura de um caminho para que os homens repensassem quem são não significa que os mesmos tenham necessariamente ouvido tais grupos, nem que tenha sido o principal fator de sensibilização dos homens em ações para sua própria transformação. Kimmel (1986) afirma que a força do movimento feminista organizado, bem como a modernização da sociedade ocidental, instaurou uma crise nas masculinidades que fez com que os homens tivessem que buscar

⁴ O título original era *The straightmind*.

⁵ Desde já, é importante mencionar que privilégio não é simplesmente um direito. De acordo com o Dicionário Online de Português privilégio seria um direito, vantagem ou imunidades especiais gozadas por uma pessoa e/ou grupo de pessoas em detrimento das demais (disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=ladO>. Acessado em 12 de abril de 2017). No caso dos homens, a violência contra suas parceiras sem serem questionados ou interditados, seu favorecimento na distribuição das tarefas em casa, entre outros, podem ser considerados privilégios.

caminhos para lidar com tal crise⁶. Segundo o autor, o fechamento das fronteiras, a industrialização, a urbanização e o aumento das burocracias resultaram no declínio da força física para a realização de determinadas tarefas. Além disso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como o fato de que muitos rapazes cresciam separados de seus pais nas classes médias brancas, provocou o medo de uma “feminização” da sociedade entre os homens dessas camadas. Desse modo, os homens brancos e de classe média europeus e estadunidenses sentiram ameaçada sua posição de poder em relação às mulheres e os sentidos que sustentam uma ideia de masculinidade hegemônica. Incluo ainda que é razoável afirmar que o medo de perda do poder não se dirigia apenas às mulheres, mas também aos homens negros e homossexuais, representantes de outros movimentos que punham em cheque modelos dominantes de ser homem. Assim, não foi apenas pela convicção da necessidade de um mundo antissexista que os homens se mobilizaram para repensar seu lugar na sociedade, mas também pelos incômodos gerados com as novas configurações sociais e as reivindicações das mulheres. Não podemos deixar de mencionar ainda, o aumento do número de divórcios nas décadas de 1980 e 1990, em comparação a períodos anteriores, o que fez com que os homens precisassem lidar com questões de custódia dos filhos e pensão para as ex-esposas. Essa situação alimentou o discurso acerca do sofrimento dos homens por parte dos trabalhos de psicoterapeutas preocupados com o atendimento desse público.

Por outro lado, existe um histórico de apoios pontuais de homens à igualdade entre homens e mulheres (CONNELL, 2016). No século XIX, Said Ahman Khan (Índia) e John Stuart Mill (Grã-Bretanha) são exemplos de intelectuais que defenderam a emancipação da mulher. Juan Bautista Cubié, funcionário da Real Biblioteca do Palácio de Oriente, em Madri, lançou no século XVIII o livro *Em defesa das mulheres das colônias dos homens: com um catálogo das espanholas que mais se destacaram nas Ciências e nas Armas* (editado em 2012 pela Unesp). Ferdinand-Valère Fanneau de La Cour, filho de Alexandre Dumas, toma a noção médica de feminismo, criada em 1871, como uma forma de qualificar os homens solidários ao movimento de mulheres em sua luta por igualdade política (PRECIADO, 2014). No Brasil, a participação de homens nas lutas

⁶ Ou da percepção e um novo discurso sobre tal crise, uma vez que Oliveira (2004) aponta que as narrativas sobre crise das masculinidades remontam a outras épocas. No século XVIII, por exemplo, formulou-se a noção de uma degradação geral dos valores morais, incluindo a inadequação de determinados comportamentos masculinos, na França e na Inglaterra. Na virada do século XIX para o XX, o surgimento de reuniões gays e de um movimento de mulheres suscitou temores da população (OLIVEIRA, 2004).

pelos direitos das mulheres entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX também tem sido lembrada (AZEVEDO, 2012; AZEVEDO, MEDRADO e Lyra, 2018). No entanto, para além dos limites de tais apoios pontuais em subverter a relação masculino-feminino pelos recursos intelectuais e materiais de seu tempo, foi a partir da década de 1970, como temos apontado neste artigo, que se constituíram as ações mais robustas, em que os grupos de homens de reuniram e teorias a respeito dos homens como sujeitos de gênero foram produzidas, sendo capazes de influenciar marcos internacionais dos direitos humanos, além da formação de alianças intercontinentais e a disseminação global de intervenções sociais com homens.

O início do debate sobre gênero com homens foi marcado pela análise dos privilégios e dos custos das normas de gênero também para os homens (MESSNER, 2017). As análises apresentadas sobre as mudanças sociais instauradas e seu papel na crise das masculinidades nos fazem compreender essa direção. O compromisso, por parte de alguns grupos, com a crítica às relações de desigualdade de gênero, em que os homens são privilegiados, veio acompanhado da mobilização em torno dos danos causados pelas normas de gênero, sofridos também pelos homens, como não poder demonstrar sua dor, não ter a guarda das crianças na maioria das vezes e sofrer com a violência urbana, por exemplo.

A preocupação com um engajamento crítico aos privilégios masculinos ou com o sofrimento dos homens gerado pelas normas de gênero, tal como será abordado adiante, aparece nos enfoques dos primeiros grupos de homens organizados, e que influenciam outros grupos até os dias de hoje. Tais enfoques revelam uma preocupação mais individualizante das transformações requeridas, concentradas nos homens, suas dores e benefícios, oferecendo como solução comportamentos positivos; deixando de lado, muitas vezes, transformações estruturais, que não percam de vista a construção de saídas no cotidiano das relações.

De pró-direitos dos homens a pró-feministas: perspectivas críticas das masculinidades em análise

Discorrer sobre os diferentes vieses das intervenções com homens, críticos aos efeitos das masculinidades hegemônicas, tem como finalidade evidenciar sua complexidade, heranças, convergências e divergências com trabalhos atuais realizados no Brasil com a produção feminista a respeito do enfrentamento dos efeitos do gênero e do patriarcado. Não se trata aqui de esgotar a história das ações com esse grupo, mas

de levantar elementos que nos ajude a refletir sobre a necessidade e as possibilidades de promover mudanças mais estruturais, que afetem também a lógica do funcionamento das relações de gênero.

Autores (MESSNER, 2000; OLIVEIRA, 2004) classificam as perspectivas de engajamento dos homens críticas aos efeitos das masculinidades dividem os distintos grupos entre: 1- os liberacionistas ou pró-direitos dos homens; 2- o movimento mitopoético; 3- os antissexistas ou pró-feministas. Antes de dissertar sobre a abordagem dessas linhas, faço a ressalva de que as respostas dos homens às transformações proporcionadas pelo contexto político apresentado na seção anterior, não foi apenas de críticas às masculinidades. Houve grupos que reagiram de forma negativa às mudanças promovidas na vida de homens e de mulheres. Tais grupos conservadores são muitas vezes tipificados como “antifeministas” ou “masculinistas”.

Diferente de uma orientação explicitamente conservadora⁷, que preza por “manter a hegemonia masculina como algo socialmente legítimo” (OLIVEIRA, 2004, p. 150), os grupos pelos direitos dos homens, ou liberacionistas, buscam por transformações nas masculinidades que possam reduzir os danos dos comportamentos tradicionais de gênero para os homens (MESSNER, 1997). Enquanto os grupos conservadores reagem às conquistas femininas, interpretando as diferenças de gênero como resultantes da anatomia sexual, e justificando a posição de domínio dos homens pelas tarefas que desempenham (OLIVEIRA, 2004), os grupos pelos direitos dos homens se inspiram nas conquistas femininas para olhar as mazelas que afetam também os homens. De acordo com Messner (1997), a questão que mobilizou esses homens foi: o que isso tem a ver conosco? Mas a resposta foi equiparar-se às mulheres em relação às opressões de gênero, propondo mudanças nas masculinidades que se restringiam a solucionar injustiças e a dor masculina.

⁷ Raewyn Connell, em seu artigo *Change among the Gate keepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena* de 2005, republicado em “Gênero em Tempos Reais”, de 2016, declara que os grupos de homens explicitamente reacionários, embora existissem, não exerceram muita influência. Mais relevantes na manutenção das desigualdades de gênero seriam as instituições em que os interesses dos homens são indiretamente promovidos (partidos conservadores, igrejas, movimentos nacionalistas e pró-família). De fato, os principais obstáculos das mulheres na defesa de seus direitos sempre foram essas instituições, que defendiam o *status quo*, sem declararem explicitamente a soberania masculina. Atualmente, no entanto, temos presenciado a força de grupos que atacam abertamente as reivindicações das mulheres ou às mulheres diretamente. Em todo o caso, meu interesse consiste na análise de grupos capazes de mobilizar apoio de organizações de defesa dos direitos humanos e de promoção da saúde e desenvolvimento. Os discursos que reconhecem os custos das normas de gênero para os homens, no que diz respeito à ausência de laços paternos afetivos, a dificuldade de expressar as emoções, por serem vítimas de violência urbana e por terem menor expectativa de vida, têm força e conseguem angariar fundo junto a organizações dessa natureza.

O foco principal dos grupos pró-direitos dos homens foi expandir as definições de masculinidades para incluir a expressão de emoções, muitas vezes, não autorizadas aos homens, como a possibilidade de chorar e ter medo. Havia o enfrentamento claro das formas em que a socialização dos homens os induz ao sucesso e a competição, ofuscando suas habilidades emocionais e de relacionamentos⁸. Muitos dos idealizadores desses grupos eram psicólogos que utilizavam as teorias dos papéis sexuais, desenvolvidas entre 1950-1970, para mostrar que, ao contrário de uma raiz biológica, os comportamentos masculinos e femininos eram socialmente inscritos e poderiam ser transformados (MESSNER, 1997). Connell (1987) argumenta que o movimento de liberação dos homens foi baseado em uma teoria dos comportamentos sexuais, cujo enfoque se dirige mais a uma psicologia individualizada do gênero do que na promoção de análises institucionais⁹ com ênfase nas relações de poder.

A opressão de gênero era, portanto, percebida pelos liberacionistas como atuando igualmente sobre homens e mulheres, produzindo uma falsa ideia de simetria, de modo que o trabalho consistia em liberar cada indivíduo das manifestações sociais repressoras, sem analisar as desigualdades e responsabilidades na manutenção das relações de poder. Um dos argumentos desse movimento masculino é o de que o movimento feminista, ao culpar os homens pelas relações de opressão de gênero, tratou as mulheres como vítimas, eximindo-as de sua responsabilidade e capacidade de mudar sua condição. Assim, os liberacionistas afirmavam que o movimento feminista produziu o próprio desempoderamento das mulheres¹⁰ (PEASE, 2000). Embora a produção feminista crítica aos possíveis lugares de vítima nas opressões de gênero seja extensa e complexa, marcando a superficialidade e a injustiça das análises dos homens liberacionistas a respeito da posição do movimento feminista, muitos autores consideram que o movimento

⁸ O filme *The mask you live in* (A máscara em que você vive), lançado em 2015, expressa com clareza, sob a análise de especialistas e acadêmicos da sociologia e da psicologia social cognitivista estadunidense, a necessidade de homens e meninos esconderem seus sentimentos e fragilidade para se adequarem aos ideais do homem estadunidense. O documentário está disponível por meio do link <http://therepresentationproject.org/film/the-mask-you-live-in-film/>. Acessado em 19 de junho de 2019.

⁹ Connell não se refere aqui ao movimento da Análise Institucional criado por Guattari. Embora as referências da Análise Institucional sejam caras ao meu trabalho de apresentar as complexidades envoltas nas ações de formação-intervenção que visam à desconstrução das opressões, nesse momento, ao citar a autora australiana, refiro-me a preocupação com as instituições de modo geral, para os processos de produção de subjetividade.

¹⁰ Essa crítica tem sido observada por mim, nas intervenções em que participei para convocar homens a se juntarem a movimentos pró-equidade de gênero. Em um evento organizado por uma rede de homens em formação, um participante indagou sobre o papel das mulheres também na transformação das relações e no gênero e criticou o que considerou vitimismo feminino.

liberacionista dos homens produziu desafios às ações dos homens pró-feministas, principalmente no início desse movimento, em suas concepções de culpa, vitimização e cumplicidade feminina nas relações patriarcais. Outro posicionamento do movimento pelos direitos dos homens, de acordo com Pease (2000) é o de que um homem não pode ser responsável pelo mau comportamento de outro.

A essencialização dos homens como maus foi uma das preocupações assinaladas pelos liberacionistas masculinos em sua crítica aos homens pró-feministas (PEASE, 2000). Além disso, segundo Pease (2000), argumentava-se ser mais produtivo entender as razões pelas quais os homens se comportam como tal, do que condená-los por seu comportamento. A alegação era de que nunca se viu alguém mudar de maneira construtiva ao ser culpado, envergonhado ou auto-odiado. Havia a premissa de que nenhuma abordagem ética poderia ser criada caso os homens fossem tratados como culpados e impelidos a pedir perdão. A mudança seria, portanto, falsa.

Com isso, Pease (2000) menciona que era comum que autores liberacionistas masculinos ressaltassem a diferença entre culpa e responsabilidade. Nessa ótica, culpa estaria relacionada a reclamar que alguém voltasse ao passado e o transformasse, o que seria infrutífero ou mesmo impossível. Considerando essa definição, Pease (2000), que se assume como pró-feminista, critica o excesso de culpabilização dos homens, que, segundo ele, interferiria na proposição de mudanças, além de legitimar uma moral. No entanto, o autor acredita que é justamente porque as acusações usam *standarts* morais que podem influenciar comportamentos e contribuir para pôr fim às opressões. Pease (2000) sugere que a abordagem moral ou a vergonha reintegrativa preveniria crime e violência, enfatizando a utilidade da persuasão do homem a internalizar uma aversão a opressão para ter orgulho de respeitar os direitos das mulheres.

Em outra crítica ao movimento pró-direitos dos homens ou liberacionista, a respeito de seu discurso da igual responsabilidade das mulheres na manutenção do patriarcado, Pease (2000) avalia como legítimo se perguntar sobre a contribuição/complacência dos oprimidos, mas apenas quando a parte dos opressores estiver sido profunda e honestamente examinada, o que ainda necessita de um longo caminho. No caso do movimento de liberação masculina a ênfase na mutualidade da violência doméstica os afasta dessa jornada. Ou seja, pouco contribuem para um equilíbrio na balança do gênero ou uma crítica do poder masculino¹¹.

¹¹ A literatura feminista discorre sobre a internalização das opressões pelos grupos oprimidos, o que não significa responsabilizar tais grupos por sua situação. A afirmação de que existe machismo entre as

Outro dos movimentos mais citados pelos estudiosos da história do engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero é o Mitopoético (MESSNER, 1997; PEASE, 2000; OLIVEIRA, 2004; CONNELL, 2005, 2016; AZEVEDO, 2012). O início de tal movimento é assinalado por marcos importantes, em que uma das cenas mais emblemáticas foi a entrevista dos dois poetas de referência principal, Robert Bly e Keith Thompson, em 1982. Em tal entrevista, Bly afirma que um dos problemas da sociedade ocidental é privar os homens de rituais de passagem. Essa seria uma das razões pelas quais os homens teriam dificuldade de acessar seu lado masculino. O movimento mitopoético, no entanto, apenas foi nomeado dessa maneira em 1986, por Shepherd Bliss. Na década de 1990, nos Estados Unidos, o livro de autoria de Robert Bly (s/a), de título *Iron John*, tornou-se *bestseller* e publicação de referência principal para o movimento. Assim, o movimento Mitopoético ganhou o discurso popular, embora não tenha sido o único, nem o primeiro movimento organizado por homens relacionados às questões de gênero.

Em *Iron John* e em obras subsequentes, Bly elabora sua abordagem mítica, sob clara influência da psicologia arquetípica de Jung. A abordagem mítica, afirma Bly (s/d), não busca retomar o domínio dos homens sobre as mulheres, tampouco se opõe ao movimento feminista, mas por meio da expressão positiva dos mitos que constituíram a formação humana, tal abordagem visa retomar aspectos importantes da iniciação masculina que foram suplantados pela revolução industrial. Aqui, não se apela para razões biológicas e evolutivas das características masculinas, mas se concebe modelos inscritos no inconsciente coletivo, que podem ser desvendados por meio da mitologia antiga, das lendas e das fábulas.

O movimento, que também visa transformação, tem como premissa que os homens mudarão quando se curarem, a partir do resgate do orgulho de serem homens, pelo reconhecimento de suas dores e abusos. A principal recomendação do movimento mitopoético é para que os homens “busquem atingir um estado de equilíbrio e maturidade, a partir da harmonização de seus comportamentos com os arquétipos típicos da masculinidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 161). Um dos grupos mais conhecidos, que pôs em prática as teorias mitopoéticas, foi o *Men Envolvement Network*, fundado na

mulheres ou que mulheres contribuem para a manutenção do patriarcado não é consenso entre as feministas. Os grupos com menos poder, justamente por esse motivo, não criaram os sistemas sociais nos quais vivem. Embora mulheres reproduzam discursos que colocam mulheres em posição de inferioridade em relação aos homens, para um grupo de feministas o patriarcado foi edificado com rótulos e conceitos criados por uma elite intelectual masculina branca.

década de 1990. Nos grupos, havia a convocação do espírito masculino e a conexão com o homem universal, numa busca pela essência masculina.

Em relação aos grupos de homens antissexistas, os primeiros surgem já em 1975 (WELZER-LANG, 2001). Alguns anos mais tarde, esses grupos foram definidos como pró-feministas, termo adotado consensualmente entre homens e mulheres em 1996, em um colóquio no Quebec. Os pró-feministas se reconhecem como sendo socialmente construídos como homens e devem problematizar sua opressão sobre mulheres, bem como a alienação dos homens de sua própria dor. Embora reconheça que a divisão entre o movimento pró-direitos dos homens e o movimento antissexista não fosse explícita ou clara no princípio, Messner (1997) afirma que na metade da década de 1970, entretanto, com a crítica das mulheres ao movimento de liberação dos homens, alguns grupos mudaram o discurso da ênfase nos custos das masculinidades para os homens, para o foco no modo como os homens adquirem poder e privilégio na sociedade patriarcal. Assim, os grupos pró-feministas tentam confrontar a dominação internalizada, cientes de seus privilégios e de como a socialização masculina legitima comportamentos opressores (PEASE, 2000).

Messner (1997) classifica os grupos pró-feministas do início em dois tipos: radical e socialista. O discurso dos homens pró-feministas radicais se caracteriza pela noção de que o sexismo é um sistema da supremacia masculina – patriarcado –, mais do que atitudes e valores que os homens aprendem. Nesse sistema, homens, como um grupo, dominam as mulheres, em que o abuso sexual e outras formas de violência são vistos como formas extremas da dominação masculina sobre as mulheres. Desse modo, em lugar da liberação dos homens, os pró-feministas radicais criaram práticas antissexistas concentradas em questões relacionadas às violências de gênero, principalmente sexual. A “Campanha do Laço branco”¹² é classificada por Messner como pró-feminista radical, embora não encontremos nenhuma menção a esse posicionamento no site da campanha ou entre seus co-fundadores.

¹² A Campanha do Laço Branco (*White Ribbon Campaign*) é um dos maiores exemplos de ativismo pró-igualdade de gênero no mundo. A campanha surgiu no Canadá após Marc Lépine, um sujeito inconformado com a aprovação de mulheres na escola politécnica de engenharia, invadir a instituição, matar quatorze mulheres, além de ferir outras dez. O episódio ficou conhecido como o “Massacre de Montreal” e mobiCULPlizou a opinião pública, inclusive um grupo de homens que teve a intenção de mostrar que se alguns não se conformam com as conquistas femininas, outros a apoiam. A campanha do Laço Branco tornou-se internacional em seu foco na educação de meninos e homens (Connell, 2016). Mais informações sobre a campanha podem ser acessadas por meio de: <https://www.whiteribbon.ca/> ou <http://lacobrancobrasil.blogspot.com/p/nossa-historico.html>. Acesso em 22 de junho de 2019.

Uma das críticas elaboradas por Messner (1997) aos grupos pró-feministas radicais se dirige à ênfase dada à violência na análise do patriarcado, o que ocasionaria, segundo o autor, um debate bastante simplificado de como práticas antissexistas deveriam ser criadas. O autor considera ainda que o foco que o discurso dos homens feministas oferece às instituições políticas e organizações sociais é também fator limitador por duas razões: o destaque quase que exclusivo na crítica aos privilégios e a quase total falta de olhar para as consequências das masculinidades para os homens contribuem para que os militantes desse movimento sejam vistos como altruístas em relação às mulheres. Nesse sentido, o debate proposto por esse movimento contribuiria para que os homens que dele fazem parte sejam vistos como generosos ou benevolentes, como se o fato de estarem dispostos a promover relações mais justas, não violentas e realizar tarefas vistas como femininas fosse digno de mérito maior do que o das mulheres que as desempenham.

Outra fonte de críticas diz respeito à universalização dos homens característica dessa vertente, o que obscureceria a compreensão de como outros sistemas de opressão (raça, classe) atuam e obrigam grupos de homens marginalizados a pagarem os dividendos do patriarcado (CONNELL, 2005). Além disso, a sexualidade masculina é vista quase exclusivamente como a corporificação do poder, enquanto a feminina seria subordinada, fortalecendo uma posição essencialista da diferença de gênero. Tais críticas são semelhantes às críticas que receberam também as pautas do feminismo radical.

Por sua vez, os grupos intitulados pró-feministas socialistas tiveram grande influência das feministas dessa vertente política. O braço acadêmico desse movimento foi a *Men's Studies Association*¹³, com um jornal chamado *Masculinities*. Apesar de ter sido fundada em 1991, as raízes dessa associação remontam ao início da década de 1980, quando um pequeno grupo de estudiosos estadunidenses formou o *Men's Studies Task Group (MSTG) of the National Organization for Men (NOM)*. Dentre tais estudiosos, encontra-se Martin Acker, Shepherd Bliss, Harry Brod, Sam Femiano, Martin Fiebert, e Mike Messner, autor de *Politics of masculinities: Men in movements* (1997), uma das principais referências utilizadas aqui para discorrer sobre o movimento de homens críticos às masculinidades. A NOM foi rebatizada para *[National] Organization for*

¹³ Informações sobre a associação estão disponíveis em: https://mensstudies.org/?page_id=5. Acessado em 21 de junho de 2019.

Changing Men (NOCM) e em seguida para *National Organization for Men Against Sexism* (NOMAS), que se tornou a *Men's Studies Association* (MSA).

Nos Estados Unidos, principalmente, um fator apontado como limitante desta perspectiva foi a inabilidade de converter discurso teórico em ação política efetiva (MESSNER, 1997). Resumidamente, apesar de o feminismo socialista eleger o Estado como arena de luta para questões como pagamento equânime entre homens e mulheres, ou licença parental, a cena política americana deixou pouco espaço para estratégias que vão além do discurso individualizado e centrado na esfera privada do feminismo liberal. Ainda, a proporção de trabalhadores sindicalizados, sobretudo mulheres, é muito baixa nos EUA. Tais desafios não se aplicariam, no entanto, às democracias parlamentares da Austrália, Grã-Bretanha, França e países escandinavos.

As críticas feitas aos grupos de homens antissexistas foram diversas e originadas de diferentes fontes. Os militantes de esquerda criticaram a composição classe-média dos homens que compunham tais movimentos, bem como sua preocupação principal ligada à esfera privada. O movimento LGBTQI+ marcou a relutância dos grupos de homens antissexistas em confrontarem sua homofobia. Feministas criticaram tais grupos, considerando-os mais uma forma de união entre homens, o que fortaleceria o patriarcado.

A despeito das ressalvas, os grupos antissexistas foram também considerados espaços importantes por inúmeros homens, para a compreensão de seu próprio comportamento sexista e desenvolvimento de suporte emocional. Giddens, em *A Transformação da Intimidade* (1993), sinaliza que, se por um lado, os homens têm sido incapazes de construir narrativas de si que os permita reordenar a esfera de sua vida pessoal, por outro lado, os grupos de conscientização masculinos têm oferecido boas oportunidades para que os homens alcancem esse intento.

Apesar das diferentes perspectivas a respeito dos motivos para o engajamento dos homens na transformação das masculinidades, é possível observar que o caminho tem sido construído, principalmente, por meio de estratégias que visam mudar seus comportamentos machistas para condutas “desconstruídas”, “transformadas” ou “positivas”, tal como é possível observar em campanhas e intervenções com homens. A formação de grupos de conscientização (*consciousness-raisinggroups*) autônomos tem sido prática comum na inclusão dos homens no enfrentamento das normas de gênero. A reorganização das relações privadas, inspiradas em modelos construídos entre os homens têm sido mote central desses grupos.

Com base no pressuposto de que as normas associadas ao masculino – que envolvem assumir riscos, aguentar a dor, entre outras (WHO, 2007 p. 7) – são prejudiciais para a saúde de homens e mulheres, as transformações nas masculinidades foram compreendidas como necessárias por organizações internacionais e agências bilaterais, para o combate à violência de gênero, a prevenção do HIV/Aids e promoção de saúde sexual e reprodutiva, abrindo espaço para um campo importante de projetos com homens em diferentes países. A criação de instrumentos que comprovassem o impacto das intervenções com homens em mudanças de atitudes e comportamentos¹⁴ machistas contribuíram também para alavancar projetos de engajamento masculinos em sua transformação. Desse modo, destaco que o que tem sido considerado transformador de gênero está relacionado, sobretudo, à crítica às atitudes e comportamentos machistas, a partir da oferta de modelos considerados mais equânimes.

Já na década de 1990, a preocupação em como engajar os homens atraiu a atenção de organismos de cooperação multilateral, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). A associação entre transformação das masculinidades e a redução das taxas de infecção pelo HIV, prevenção de violências contra as mulheres e melhorias na saúde reprodutiva favoreceu o financiamento de projetos, congressos e a produção de alianças e trocas de experiências para o trabalho com homens em diferentes países.

Disseminação internacional dos trabalhos com homens– exportação das mudanças individualizantes

As preocupações a respeito dos efeitos das masculinidades têm gerado intervenções para mudanças de condutas dos homens em países tão diversos quanto o Canadá, Índia, Alemanha, África do Sul (CONNELL, 2016). Países da América Latina também têm sido berços de referências importantes na produção de tais intervenções. No México, por exemplo, nomes como Matthew C. Gutmann (2017), Juan Guillermo Figueroa (2014), Juan Carlos Ramírez Rodríguez e José Carlos Cervantes Ríos (2013) têm

¹⁴ A relação entre atitude e comportamento tem sido cara à psicologia social (LIMA e D'AMORIM, 1986). Conceito que se complexificou ao longo dos anos, as atitudes indicam disposições comportamentais com base em afetos pró ou contra determinados objetos. Os estudos das atitudes e dos comportamentos têm subsidiado análises de mudança sociais, bem como têm sido utilizadas por estratégias de marketing. Com base na criação de escalas, a mensuração de atitudes tem servido para atestar o impacto de projetos sociais, inclusive os transformadores de gênero.

elaborado importantes estudos que discutem formas de transformação social em que os homens possam estar envolvidos na promoção de maior justiça de gênero. Os estudos de Gutmann (2017) ainda nos oferecem evidências sobre como dinâmicas políticas e econômicas globais estão integradas à vida de grupos de homens em comunidades pobres do México.

Os trabalhos com homens estadunidenses, no entanto, foram os primeiros a impulsionar uma série de práticas que envolveram os homens no debate sobre os efeitos de seus modos de ser em suas relações com as mulheres, e se espalharam globalmente. Badinter (1993) atribui essa situação ao fato de o feminismo estadunidense ser mais radical e poderoso do que na França onde, segundo a autora, o fato de a violência masculina ser menor faz com que o problema da masculinidade seja percebido com menos acuidade, embora atormente a homens e mulheres francesas.

Uma das características marcantes dos trabalhos sobre masculinidades nos Estados Unidos é seu foco comportamentalista e individualizante. A interferência em aspectos individuais da subjetividade masculina se deve ainda ao fato de a psicologia social estadunidense ter sido a disciplina que mais produziu textos acerca dos estudos dos homens (BENTO, 2012). Semelhante à possibilidade de expressão da literatura de autoajuda, é possível notar que o terreno de intervenções com homens na transformação das masculinidades nos Estados Unidos foi favorecido por um conjunto de práticas engendrado pela cultura anglo-saxã, “através das quais as pessoas procuram descobrir, cultivar e empregar seus supostos recursos internos e transformar a subjetividade, visando conseguir uma determinada posição individual” (RÜDIGER, 2010, p. 8).

A relação internacional dos Estados Unidos com a exportação de bens, conhecimentos e tecnologias, inclusive sociais, bem como sua posição privilegiada na gestão e controle de recursos de projetos de desenvolvimento social e promoção da saúde facilitaram a influência principalmente de pesquisadores-militantes desse país – entre outros da cultura anglo-saxã – na produção de discursos, práticas e políticas localizadas em diversas partes do globo. É possível observar como pesquisadores influentes das masculinidades oriundos do Norte Global contribuíram para acordos e convenções internacionais que recomendam a inclusão dos homens nas políticas públicas e intervenções para a promoção da equidade de gênero.

As Nações Unidas contaram com trabalhos como os de Michael Kimmel e Micheal Kaufman (este Canadense) que, junto com o de outros autores, “fazem parte

de um notável grupo de ‘homens’ que funcionam como uma referência do Norte sobre masculinidades” (ARILHA, 2010). Tais estudiosos das masculinidades, além de colaborarem com publicações das Nações Unidas, orientaram documentos e influenciaram intervenções de diferentes grupos da sociedade civil, incluindo uma aliança internacional para engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, a *Men Engage Alliance*¹⁵. Em 2000, Michael Kimmel foi um dos autores de um influente estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, intitulado *Men, masculinities and development: broadening our work towards gender equality* (GREIG, KIMMEL e LANG, 2000), resultado do grupo de trabalho *UN Men’s Group for Gender Equality* (Grupo de Homens das Nações Unidas para Equidade e Gênero).

O sistema das Nações Unidas como um importante criador de discursos e abordagens para questões relativas a direitos humanos e desenvolvimento social, tem sido grande influenciador de políticas e programas governamentais e não governamentais para o envolvimento dos homens na promoção da equidade de gênero (ARILHA, 2010). Tal influência inclui ainda o incentivo financeiro de projetos por parte de organizações da sociedade civil.

Dois temas foram importantes na difusão das iniciativas para o engajamento dos homens, financiadas por agências bilaterais e organizações internacionais. O surgimento da Aids levantou questões em relação à eficácia das ações preventivas caso não fossem discutidas as relações de subordinação às quais mulheres e gays estavam submetidos. Com isso, houve uma crescente oportunidade de financiamentos de pesquisas e intervenções voltadas para o conhecimento dos homens e alteração de seus comportamentos (HEILBORN e CARRARA, 1998). Outro campo de intervenções internacionais sobre masculinidades foi aberto por meio dos debates sobre globalização e desenvolvimento, que ganharam força, inclusive entre estudiosas do feminismo, preocupadas em documentar o impacto das políticas internacionais na vida das mulheres. De acordo com Connell (2016), a ideologia e a política neoliberal da década de 1970 guiaram a expansão do comércio internacional e, de certo modo, padronizaram políticas de diferentes países. Na década de 1990, a preocupação com seus efeitos também se estendeu às pesquisas sobre masculinidades, em que foi

¹⁵ A aliança *Men Engage* é composta por centenas de organizações não governamentais, agências da Organização das Nações Unidas – ONU e dezenas de redes de países diversos das várias regiões do globo, que juntas, buscam afirmar a necessidade de envolver homens, adultos e jovens, no alcance da justiça de gênero, bem como construir campo de práticas em torno dessa questão. Informações disponíveis em <http://menengage.org/>. Acessado em 25 de junho de 2019.

explorada a relevância do trabalho com homens para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995, são apontadas como marcos fundamentais na inclusão de um papel masculino nas ações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e prevenção de violência contra mulheres (de KEIJZER, 2004; OLIVEIRA, 2004). Além de serem catalíticas na expansão das ações para transformações de gênero propostas pelos movimentos feministas, tais conferências são consideradas marcos na inclusão dos homens na luta pela equidade de gênero. Com forte presença do movimento feminista, considerava-se que, uma vez que os homens são os que mais cometem violência contra as mulheres e lhes cabe também maior poder de decisão, engajá-los nas ações para controle populacional e prevenção de violência de gênero seria tática fundamental.

Em 2007, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou uma compilação de intervenções com homens em diferentes áreas da saúde – saúde sexual e reprodutiva, prevenção e cuidado do HIV/aids e prevenção de violência – em que classificou os programas de saúde com homens a partir de sua capacidade de abordar questões de gênero. A classificação dos programas foi baseada em um *continuum* apresentado por Gupta (2000), na 13ª Conferência Internacional de AIDS em Durban - África do Sul. Os programas com homens e meninos foram então, classificados como negativos, neutros, sensíveis ou transformadores. Nessa perspectiva, os negativos reforçariam as normas de gênero. Em um exemplo desse caso, podemos imaginar as estratégias de marketing tradicional, que fazem uso de estereótipos e normas sociais para vender um produto ou alcançar determinado resultado. Os programas neutros, ao tratarem de qualquer tema, não distinguiriam papéis masculinos ou femininos, nem colocariam em questão os desejos e comportamentos de homens e mulheres. Já os programas sensíveis reconheceriam os efeitos das normas de gênero na desigualdade entre homens e mulheres, mas não se empenham em uma transformação desses papéis. Por fim, uma abordagem transformadora é aquela que inclui um debate sobre a construção das masculinidades de forma deliberada, além de pôr em análise práticas institucionais e normas sociais, que contribuem para a iniquidade e a vulnerabilidade de homens e mulheres à violência e às outras questões de saúde.

As estratégias transformadoras de gênero foram as consideradas mais eficazes e sustentáveis no alcance dos resultados relacionados à prevenção de violência e

promoção da saúde sexual e reprodutiva pela revisão realizada pela OMS (2007), em que as transformações das masculinidades estão incluídas como pré-requisito de uma perspectiva de gênero relacional. É importante destacar que a classificação dos programas nos perfis do *continuum* depende mais dos resultados finais alcançados do que de suas características. No entanto, no caso dos trabalhos considerados transformadores de gênero, as mudanças nas atitudes e comportamentos têm servido como indicação principal de tal mudança:

[...] Uma análise recente confirmou que os programas que aplicaram uma abordagem transformadora de gênero foram os que, presumivelmente, puderam melhor levar a mudanças de atitudes e comportamentos (incluindo o comportamento em relação à saúde) por parte de homens e mulheres, ao contrário de programas que não demonstraram tentativas explícitas para enfrentar e desafiar as normas de gênero (PROMUNDO e MENGENGAGE, s/d, p. 14).

Desse modo, comportamentos masculinos transformados, estabelecidos a partir de parâmetros muito bem determinados pelos ativistas, profissionais e agências financiadoras, têm definido o foco das ações que visam à emancipação de homens e mulheres das amarras do gênero, sem que ponderemos as circunstâncias que produziram tais parâmetros de mudança, nem a complexidade que envolve as transformações subjetivas.

Sem deixar de reconhecer a importância que tais estratégias têm tido para a inclusão dos homens como sujeitos de gênero e necessários nas transformações das relações de poder patriarcais, bem como seus efeitos na redução de índices de violência, uso de preservativos e maior equilíbrio das tarefas domésticas¹⁶, a exposição da disseminação das práticas de inclusão masculinas lança o desafio de pensarmos a possibilidade de mudanças para além do conteúdo das normas. Nesse sentido, como é possível produzir rupturas no próprio processo normatizador do gênero que, inserido

¹⁶ Peacock e Barker (2012) citam alguns dos principais resultados dos projetos que se baseiam em modelos de transformação de masculinidades. Segundo os autores, na Nicarágua, um estudo com aproximadamente 150 homens que participaram de oficinas sobre masculinidade e equidade de gênero revelou impacto positivo no uso da violência, relações sexuais, responsabilidade parental e atividades domésticas. Em uma iniciativa da África do Sul, os homens participantes relataram ter diminuído o número de parceiras, aumentado o uso de preservativos e usado menor quantidade de drogas. Ainda na África do Sul, participantes da campanha *One Men Can*, nas semanas seguintes, relataram tomar providências em relação à violência em sua comunidade, 25% acessou voluntariamente os serviços de testagem ao HIV e 61% relatou ter aumentado o uso de preservativos.

no regime colonial-capitalístico moderno, captura a própria potência criadora da vida? Como estimular projetos que visibilizem a produção cotidiana de existência humana, em vez de criar processos que homogeneízam e atuam pela cristalização de comportamentos humanos?

À guisa de conclusão: por uma transformação para além dos comportamentos

Diversas autoras feministas – Heleieth Saffioti (2015), Glória Anzaldúa (2005), Angela Davis (2018), bell hooks (2019), Nikki van der Gaag (2014), Raewyn Connell (2016) - reconhecem não apenas a importância dos homens no enfrentamento do patriarcado, como o fato de que o sistema de gênero também lhes causa danos. Bell hooks (2019a) nos conta que, antes de o movimento contemporâneo completar dez anos, “políticas feministas foram expandidas para incluir o reconhecimento de que o patriarcado despojava os homens de certas coisas, impondo-lhes uma identidade sexista masculina” (HOOKS, 2019a, p. 104). Nikki van der Gaag (2014), em *Feminism & Men*, também concorda que, nas questões de gênero, os homens estão em desvantagens em uma série de circunstâncias: suicídio, homicídio, cuidados com a saúde reprodutiva, guarda dos filhos.

No entanto, os homens têm se dedicado, principalmente, a pensar seus comportamentos, sobretudo em suas relações privadas. Carballo (2017) reconhece que no Norte Global, os homens têm pensado o gênero como um sintoma que é preciso curar rápido. Segundo o autor, diante da contestação feminista do poder masculino, especialmente no eixo do gênero, a resposta foi: fazer com que não tenham escutado a pergunta; fazer com que tenham ouvido a pergunta, mas não considerá-la pertinente; escutar a pergunta, mas pensar que não é com eles; tentar devolver a pergunta com uma pergunta similar; tentar responder o mais rápido possível e sair de mansinho. Em outras palavras, os homens têm aplicado antibiótico à pergunta sobre gênero e poder, tratando-o como sintoma. Desse modo, ou os homens buscaram tratar de sua dor ou trabalharam sua culpa, sentindo-se dignos de mérito pelo engajamento numa causa nobre (PEASE, 2000). O resultado tem sido a concentração em mudanças individualizadas, de comportamentos que podem ser nocivos a si e às suas companheiras, mas que pouco interferem no regime de capturas subjetivas, mantendo a produção de modelos e conhecimentos do Norte Global.

Movimento semelhante também pode ser notado no Brasil. Quando as masculinidades deixaram de ser um assunto apenas de homens gays e negros, mais

recentemente, grupos de debates e reflexões, bem como campanhas sociais sobre masculinidades tóxicas e seus efeitos para os homens têm sido cada vez mais comuns. Não se trata aqui de desmerecer a importância dessas ações na desconstrução do machismo, mas de colocar a questão sobre a possibilidade de os homens se engajarem em transformações estruturais do regime patriarcal, para além de seus comportamentos.

As normas de gênero, tal como se configuram em nosso patriarcado, articulado ao colonialismo e a cisheterossexualidade compulsória, agem na tentativa de capturar nossas possibilidades de produzir existências singulares, afastando-nos da relação com os meios que atuam nos processos de produção das subjetividades. Com isso, dão-nos a impressão de que subjetividades são caracterizadas por identidades fixas, encerrando-nos dentro das fronteiras que nos nomeiam, produzindo, de fato, efeitos prejudiciais nas vidas de todas as pessoas. Por acreditarmos na força das fronteiras que marcam nossos modos de ser, deixamos de observar possibilidades de criar saídas para situações despotencializantes. Esse processo afeta a todas as pessoas, homens e mulheres, que encontram dificuldades para sair dos limites que essas identidades nos colocam.

Ocorre, no entanto, que algumas pessoas encontram mais dificuldades em caber nas bordas que lhes foram circunscritas, e tais fronteiras identitárias marcam contatos entre zonas assimétricas, produzindo efeitos bastante diversos, de modo que precisamos estar atentas a como as fronteiras são marcadas, por dentro e por fora, deslocando-as, reconfigurando-as. A raça, a orientação sexual, a classe social, a faixa etária são fatores que dificultam o cumprimento das masculinidades hegemônicas.

Os efeitos considerados negativos das masculinidades, como a repressão de determinadas emoções, a exigência pelo risco, a ausência de espaços e incentivos para cuidados preventivos com a saúde ou a aproximação dos filhos, têm conotações diferentes quando se trata de masculinidades negras, homossexuais, ou outras variantes. Jovens negros de intervenções conduzidas por mim, por exemplo, não precisavam aprender que ser “homem” ou ser “valente”¹⁷ não é ser violento. Muitos eram doces e tinham, inclusive, relações de submissão com suas esposas. Porém, tinham que lidar com o medo que seu corpo negro infligia nas ruas.

¹⁷ Em alusão à iniciativa “O valente não é violento”, da ONU Mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_inventario.pdf. Acesso em 07 de outubro de 2020.

Desse modo, avaliar a aquisição de novos comportamentos, não machistas, têm se mostrado insuficiente. Refletir sobre o racismo, o capacitismo, a exploração capitalista, o etarismo e o colonialismo têm se mostrado imprescindível na solução dos efeitos nocivos do gênero para mulheres e homens. Se existem prejuízos na tentativa de adequação à ideia do que é ser homem, é preciso associá-los à tentativa deliberada de universalização dos homens em modelos de referência determinada. Além disso, os ditos custos, como a alienação do cuidado parental e das emoções, ou a competitividade na vida pública, fazem parte de um conjunto de atributos elaborados pelos próprios homens para estarem à frente de um sistema de produção econômica que, para se estabelecer também dependeu da mão de obra gratuita das mulheres nas tarefas domésticas e de cuidado (RUBIN, 1975), além da exploração das colônias (FEDERICI, 2017).

Assim, existe um processo de produção de dominação que precisa ser considerado. Tal processo envolve a centralização de todos os aspectos que compõem as práticas sociais nas masculinidades brancas euro-ocidentais, produzindo hierarquias que favorecem a estes grupos, embora, os sistemas de classificação também delimitem as fronteiras de significação dos grupos tomados como referência. No entanto, não podemos olvidar que esses grupos são os que costumam deter as ferramentas de definição subjetiva. Se algo sufoca o processo criativo de si mesmos, não podemos prescindir de uma análise da articulação das relações de gênero com outras hierarquias sociais, sob risco de reprodução das relações de poder. Quando o exame dos danos do patriarcado para homens não contempla as diferentes marcas do poder, é possível observar alguns perigos, tal como menciona bell hooks (2019b):

São principalmente os homens brancos defensores de políticas feministas que fazem o trabalho acadêmico que mostra como o patriarcado contemporâneo tem um impacto incapacitante nos homens, especialmente nos grupos de homens que não recebem os lucros máximos desse sistema. Ao escrever sobre como a masculinidade patriarcal danifica a capacidade dos homens de construir um *self* e a identidade como próprio bem-estar em mente, criando uma sensibilidade masculinista perigosa, essas obras raramente tratam dos homens negros (HOOKS, 2019b, p. 195).

As opressões características do regime patriarcal na atualidade precisam ser pensadas como parte de um sistema dinâmico, que articula um conjunto de relações de poder: de classe social, orientação sexual, etnia, faixa etária entre outros fatores. Neste sentido, a resistência às normas que produzem hierarquias sociais deve ser um processo que promove a problematização integrada de tais relações e dos sistemas sócio-político-econômicos que as produzem, isto é, de seu modo de funcionamento. Caso contrário, os avanços serão circunscritos aos limites de algumas vidas privilegiadas ou mesmo poderão reforçar outras assimetrias. Em outro exemplo dessa questão, citado por bell hooks (2019a, p. 21), “diante da realidade do racismo, fazia sentido que homens brancos estivessem mais dispostos a levar em consideração os direitos das mulheres, quando a garantia desses direitos pudesse servir à supremacia branca”. Dessa maneira, segundo a autora, bem no momento em que os homens negros começavam a disputar os postos de trabalho, com o fim próximo da discriminação racial, as mulheres brancas os ocupavam, enquanto as mulheres negras cuidavam das tarefas domésticas.

Rita Segato (2017) oferece mais ferramentas para a compreensão das desigualdades entre os homens ao mencionar que o mandato da masculinidade se caracteriza por ter que se demonstrar constantemente homem e não ter meios de fazê-lo. A autora nos lembra que este poder é exercido por um grupo muito pequeno de pessoas que, acrescento, detém os privilégios de raça, língua, poder político e econômico. Perceberem-se como vítimas para os homens, significaria a ausência ou falta de masculinidade. Ou seja, a dificuldade de adequação aos modelos hegemônicos de masculinidades ou entender-se fora desses modelos é o que lhes traria sofrimentos, exclusões e violências. Nas palavras da autora, “no brotar da violência que temos [...] a primeira vítima são os próprios homens, mas não o sabem porque não conseguem se ver como vítima, o que seria sua morte viril” (SEGATO, 2017, s/p). Dessa maneira, a restauração da autoridade, da moralidade, da soberania das pessoas, na ausência de espaços para trabalhá-los, se daria principalmente pelo uso da violência, do mesmo modo que estar fora dos padrões hegemônicos de masculinidade os torna alvo de situações de violência, como no caso dos homens negros e dos homossexuais, ou quaisquer outros homens em que sejam associados traços da homossexualidade, por exemplo.

Ao considerarmos que a violência é exercida como uma tentativa dos homens de restaurar seu poder econômico e político, podemos concluir com Rita Segato (2017)

que, se não houver um questionamento dessas formas de poder, de uns homens sobre outros, e do masculinocentrismo de forma geral, que pode ser reforçada por projetos que buscam masculinidades “alternativas” ou “positivas”, não será possível produzir uma transformação que de fato nos leve a uma sociedade mais equânime, pois, segundo bell hooks,

Quanto mais mulheres se afastaram de relacionamentos destrutivos com homens, foi mais fácil enxergar o cenário como um todo. Ficou óbvio: mesmo que os homens individuais abrissem mão do privilégio patriarcal, o sistema do patriarcado, o sexismo e a dominação masculina ainda estariam intactos e as mulheres ainda seriam exploradas e/ ou oprimidas. (HOOKS, 2019a, p. 103-104).

A transformação do patriarcado não pode ser apenas uma questão de ajuste da balança, em que pesamos conteúdos masculinos e femininos. Assim, se, como mencionado anteriormente, houve o reconhecimento por parte das mulheres de que o patriarcado também despojava os homens de certas coisas, isso não nos livra de uma crítica feroz à dominação masculina (HOOKS, 2019a), que inclui não apenas a expressão do machismo em comportamentos e atitudes, mas desmontar as engrenagens da máquina que sustenta visões de mundo universalistas, em que apenas uma parcela pequena do mundo se reconhece integralmente. Inclui mudar radicalmente o sentimento e a posição dos homens do centro em relação às periferias, e não apenas a amar suas novas masculinidades. Não se trata apenas de tratar bem às mulheres, mas de pensar uma sociedade que nos seja aberta, sem que isso signifique ou gere exploração/ manipulação de outros corpos.

Nas intervenções sobre masculinidades apresentadas, é comum que os homens limitem o seu trabalho a pensarem sobre si, entre si, sem ouvir as mulheres e os efeitos de seus lugares privilegiados sobre elas. Assim, pensar seu lugar de dominação com vistas a se desfazer dele, não pode ser feito com base apenas em suas dores e alegrias, mas requer olhar para lugares ofuscados pelas posições que eles assumem. O debate sobre o modo como homens devem interpelar o gênero, por meio da análise dos custos para si, tem se ancorado em uma perspectiva individualizada das saídas buscadas, não atenta as linhas que se costuram na confecção do patriarcado.

Não se trata de negar o direito dos homens de se redefinirem e de se articularem. Mas existem dispositivos de poder que continuam atuando e garantindo privilégios não apenas diretamente associados às masculinidades, aos

comportamentos e expressões que as definem. Chamamos aqui, a atenção para a relação entre as normas de gênero e a universalização das visões de mundo com base em referências estabelecidas a partir de um eixo naturalizado, ditador de normalidade, colado a maneira como a modernidade colonial produziu saberes e se sustenta até hoje.

Longe de listar causas para as reações à pauta da equidade de gênero, o que gostaria de salientar é a multiplicidade de relações que circundam o tema, envolvendo um conjunto de fatores que põem em cheque os privilégios de determinados grupos a partir de seu poder econômico, político e epistêmico. Os homens, como parte dessa estrutura social que precisa ser transformada, são essenciais, sem dúvida, da erradicação da violência e das iniquidades. Aqui, reforçamos o convite de que o debate sobre possibilidades de transformação não apague – a partir de formatos de modelos prontos – as rupturas cotidianas do gênero, que acontecem nos encontros e na produção frequente de saídas para as diferentes opressões de nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia. Masculinidade hegemônica e pluralidade no masculino: rumo a novos hibridismos do gênero. *In: ABOIM, Sofia et al. O que é masculinidade?* Lisboa: Escolar Editora, 2017.

ABREU, Ana Maria do Rego Menteiro de; COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Quando a clínica se encontra com a política. *In: MACIEL JÚNIOR, Auterives ; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia. Polifonias Clínica, Política e Criação.* Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

ARILHA, Margareth. *Nações Unidas, população e gênero: homens em perspectiva.* Jundiaí, SP: Editora in House, 2010.

ASSIS-CLIMACO, Danilo. *Tráfico de Mulheres, Negócios de homens. Leituras Feministas e Anti-coloniais sobre os Homens, as Masculinidades e/ou o Masculino.* Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

AZEVEDO, Mariana. *Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 92, 2012.

AZEVEDO, M.; MEDRADO, B. e LYRA, J. Homens e o Movimento Feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. *Cadernos Pagu*, v. 54, [S.I.], 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n54/i809-4449-cpa-i809444920i800540014.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2019.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BENTO, Berenice. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

BLY, Robert. *Iron John: A Book About Men*. Addison-Wesley Publishing Company, Inc., [S/I].

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Regulações de Gênero. *Cadernos pagu*, v. 42, p. 249-274, jan/jun. 2014.

CARBALLO, Jokin Azpiazu. *Masculinidades y Feminismo*. Barcelona: Virus, 2017.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONNEL, Raewyn. La organizacion social de la masculinidad. In VALDEZ T & OLAVARRIA, J. (org.) *Masculinidad/es, poder e crisis*. Chile, Isis Internacional, 1997, p. 43-47.

_____. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. London: Polity, 2009.

_____. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 80, p. 9-20, 2012.

_____. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Robert W. e MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 21, v. 1, p. 241-282, jan-abril/2013.

CUBIÉ, Juan Bautista. *Em defesa das mulheres das calúnias dos homens: com um catálogo das espanholas que mais se destacaram nas Ciências e nas Armas*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação*. São Paulo: Elefante, 2017.

FIGUEROA, Juan Guillermo. *Paternidad, espacios laborales, salud y educación*. México, D. F.: El Colégio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2014.

FONSECA, V. N. “Precisamos falar com os homens?”: *uma análise das intervenções nas masculinidades do Norte para o Sul*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense. Niterói -RJ, p. 264, 2019.

GAAG, Nikki van der. *Feminism & men*. Londres: Zed Books, 2014.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. *La lucha de las mujeres contra todas las violências em México: reunir fragmentos para hallar sentido*. Em: GAGO, Veronica et al. *8M Constelación feminista*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

GUTMANN, Matthew G. *Os significados de ser homem em uma Colônia Popular na Cidade do México*. Niterói: CEAD/UFF, 2017.

HEILBORN, M. L. & CARRARA, S. Em cena, os homens... *Revista de Estudos Feministas*, 6(2), p. 371-374, 1998.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

_____. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019b.

KEIJZER, Beno de. Masculinidades: resistance and change. Em: Oxfam GB. *GenderEquality and Men: learning from practice*. Oxford: Oxfam, 2004.

KIMMEL, Micheal. Toward men's studies. *American Behavioral Scientist*, ano 29, v.5, 517-529, 1986.

_____. *Angrywhitemen: American masculinity at the end of an era*. New York: Nation, Books, 2013.

LIMA, Vera Maria Leal Moreira e D'AMORIM, Maria Alice Magalhães. A relação atitude-comportamento à luz da Teoria da Ação Racional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, ano 38, v.1, p.133-142, jan./mar 1986.

MEDRADO DANTAS, Benedito. *O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira*. São Paulo. 148 p. Dissertação. Mestrado em Psicologia Social. PUC/SP, 1997.

MESSNER, Micheal A. *Politics of masculinities: Men in movements*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

_____. How did the Men's Rights Movement Beginning? *The red pill*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4EZWAKdzk8E>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino. Desde el feminismo comunitario*. La Paz: Creative Commons, 2010.

PAULON, S. M. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, n. 17, v. 3, 18-25, set-dez: 2005.

PEACOCK, Dean. e BARKER, Gary. Working with men and boys to promote gender equality: A review of the field and emerging approaches. *Expert Group Meeting/ Prevention of Violence Against Women and Girls*, v. 13. Bangkok, 2012.

PEASE, Robert. *Recreating Men: Postmodern Masculinity Politics*. London: Sage, 2000.

PETERSEN, Andersen. Research on Men and Masculinities: Some Implications of Recent Theory for Future Work. *Men and Masculinities*. v. 6, n. 1, 2003. Disponível em: <http://jmm.sagepub.com/cgi/content/abstract/6/1/54>

PRECIADO, Paul B. Féminisme amnésique. *Liberación*. 2014. Disponível em: https://www.liberation.fr/france/2014/05/09/feminisme-amnesique_1014052. Acesso em 08 de outubro de 2020.

RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e VAZQUÉZ, Griselda Uribe. El gênero de los hombres: un subcampo de estudios en expansión. Em: RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e VAZQUÉZ, Griselda Uribe (org). *Masculinidades: el juego de gênero de los hombres en el que participan las mujeres*. Colonia San Rafael México, D. F. e Madrid: Plaza y Valdés, 2008

RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e RÍOS, José Carlos C. Estudios sobre la masculinidad y políticas públicas em México. Apuntes para una discusión. Em: RODRÍGUEZ, Juan Carlos R. e RÍOS, José Carlos C. *Los hombres em México: Veredas recorridas y por andar. Una mirada a los estudios de gênero de los hombres, las masculinidades*. México: Universidad de Guadalajara – CUCEA-AMEGH, A. C 2013.

RÜDIGER, Francisco. *Literatura de auto-ajuda e individualismo: contribuição ao estudo da subjetividade de massa contemporânea*. Porto Alegre: Gattopardo, 2010.

RUBIN, G. A Circulação de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In REITER, R. (ed.) *Towards an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975, p 157-210. (Tradução de Edith Piza, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/ PUC/SP).

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATO, Rita L. Por qué la masculinidad se transforma en violencia. *La voz*. 2017. Acessível em <http://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/por-que-la-masculinidad-se-transforma-en-violencia>

SOUZA, Rolf Ribeiro de. *A confraria da esquina: o que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando*. Etnografia de um churrasco de esquina no subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Bruxedo, 2003.

